

ENSAIO TEÓRICO

Duas noções de dependência

Luiz Arthur PAGANI 

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

RESUMO

Neste texto, vamos procurar distinguir duas noções de dependência, a partir de seus empregos por Hjelmslev (1975) e Tesnière (1965); nesse sentido, pretende-se identificar seus respectivos conceitos a partir de duas dimensões epistemológicas: a escolha da metafísica para justificá-los e o tipo de parentesco contraído entre as unidades de análise.

O objetivo não será propriamente exegetico (não pretendemos discutir a forma mais adequada de interpretar o conceito de ‘dependência’ nesses autores), mas sim o de estabelecer critérios, inspirados na leitura desses dois autores, que nos ajudem a conceber ferramentas conceituais para observar, compreender e explicar fenômenos linguísticos.

Além disso, do ponto de vista histórico, o presente texto visa resgatar uma parte da teoria sintática ainda pouco difundida no Brasil.

ABSTRACT

In this text, we are going to distinguish between two concepts of dependency from their uses by Hjelmslev (1975) and Tesnière (1965); therefore, we intend to identify their respective concepts from two epistemological dimensions: the metaphysical choice to justify them and the kind of kinship acquired among the units of analysis. The aim is not exactly to explain (we do not intend to discuss the most adequate way to interpret the concept of ‘dependency’ in these authors), but to establish criteria based on the reading of these two authors, who helped us to conceive conceptual tools to observe, understand, and explain linguistic phenomena. In addition to that, from a historical point of view, this text aims at recovering a part of the syntactic theory that has been little spread across Brazil.



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Marta Deysiane Alves Faria Sousa (UFS)
- Adriana Pagano (UFMG)
- Jorge Baptista (UALG)

AVALIADO POR

- Andre Vinicius Lopes Coneglian (UFMG)
- Clóvis Luiz Alonso Jr. (USP)

DATAS

- Recebido: 09/06/2023
- Aceito: 22/08/2023
- Publicado: 09/09/2024

COMO CITAR

Pagani, L. A. (2024). Duas noções de dependência. *Revista da Abralín*, v. 22, n. 2, p. 162-186, 2024.

PALAVRAS-CHAVE

Gramática de Dependência. Conceitos. Hjelmslev. Tesnière.

KEYWORDS

Dependency Grammar. Concepts. Hjelmslev. Tesnière.

Introdução

Ainda que o conceito de ‘dependência’ seja antigo,¹ normalmente se atribui o início da Gramática de Dependência a Lucien Tesnière (1965)² mas também encontramos uma noção de dependência no principal livro de Louis Hjelmslev (1975)³

Ao contrário das Gramáticas de Constituição, em que se descrevem tanto as relações de domínio imediato quanto as de precedência linear (Partee; Meulen; Wall, 1989, p. 439), nas Gramáticas de Dependência descreve-se a estrutura de uma expressão linguística complexa a partir das relações de (in(ter))dependência⁴ entre as ocorrências de unidades linguísticas mais simples que a compõem.

Apesar dos esforços e do prestígio de Hjelmslev e de Tesnière, as Gramáticas de Dependência e a Glossemática nunca obtiveram grande repercussão, principalmente no Brasil; as únicas referências bibliográficas identificadas sobre uma gramática de dependência são o livro de Flávia de Barros Carone (1988)⁵, que é apenas parcialmente dedicado à apresentação do trabalho de Tesnière, e o livro

1 Beccari (2017, p. 35) reconhece esse conceito já entre os gramáticos especulativos e modistas medievais, mais especificamente em Pedro Helías e Tomás de Erfurt. O próprio Beccari (2017, p. 82) identifica ainda a ascendência claramente aristotélica desse conceito. Em vários momentos de seu livro, Beccari atribui a Covington (1984) a identificação dessas origens.

² Sua primeira edição ocorreu em 1959; no prefácio, informa-se que a primeira redação é de 1939.

³ O original *Omkring Sprogteoriens Grundlæggelse*, escrito em dinamarquês, foi publicado em 1943. Apesar de cronologicamente próximos, não tenho informações sobre qualquer influência entre esses autores.

⁴ Com o termo “(in(ter))dependência”, abrevio as três possibilidades deste tipo de relação: dependência unilateral (não recíproca), independência (mera concatenação, sem dependência de qualquer parte) e interdependência (dependência recíproca).

⁵ Não há muitas informações atualmente disponíveis sobre Flávia de Barros Carone; ela era professora da USP, esposa do historiador Edgar Carone, e, quando ele faleceu, em 2003, ela já tinha falecido (todas essas informações foram obtidas de uma notícia do *Jornal da USP*, de 10 a 16 de fevereiro de 2003, disponível no seguinte endereço de internet: <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2003/jusp630/pag20.htm>; apesar de não constar nessa nota, ela faleceu no dia 29 de novembro de 1995 – agradeço a um dos pareceristas por essa informação). Não há, por exemplo, qualquer registro dela na plataforma Lattes (<https://lattes.cnpq.br/>), sobre pesquisadores brasileiros

de Francisco da Silva Borba (1979, p. 105–113), no qual aparecem alguns estemas e mencionam-se as operações de translação. Hjelmslev, por outro lado, obteve recepção mais favorável, tendo sido objeto de reflexão em alguns artigos acadêmicos (Badir, 2005; Beividas, 2015; Fiorin, 2003), além da tradução de seu livro (Hjelmslev, 1975). O livro de Tesnière, ao contrário, até agora não recebeu tradução para o português.

Mesmo no circuito intelectual internacional, as Gramáticas de Dependência não parecem ter recebido muita atenção dos linguistas. Elas só ressurgem nos anos de 1960 com a “febre” da tradução automática, mas logo tornam a ocupar um lugar obscuro, com o desânimo ocasionado pelo pouco progresso nessa área de pesquisa. Curiosamente, com o novo fôlego da tradução automática no final dos anos 1980 e no início dos anos 1990, com a criação do Mercado Comum Europeu e o investimento da indústria farmacêutica alemã, as Gramáticas de Dependência são reavivadas.

O interesse pela noção de dependência, no entanto, se justifica, já que ela está direta ou indiretamente envolvida na concepção das funções gramaticais e no estabelecimento das classes de gramaticais. Ambas as categorias são normalmente definidas, em qualquer teoria, a partir de relações paradigmáticas e sintagmáticas, cujas características são reveladas pelas possíveis dependências entre as diferentes entidades.

Vejamos, então, como cada um dos dois autores apresentam a sua concepção de ‘depen- dência’.

1. Conceito e noção

Antes de iniciarmos propriamente o assunto do presente texto, como vamos fazer uma discussão epistemológica sobre dependência em Hjelmslev e em Tesnière (o que é a dependência para cada um desses autores), é interessante estabelecer a distinção entre os termos “termo”, “conceito” e “noção”. Para isso, vamos aceitar a definição dada por Polguère (2018, p. 17):

Entendemos por noção uma associação entre um conceito – isto é, uma unidade do pensamento – e um termo – isto é, uma unidade lexical pertinente a pelo menos um campo de conhecimento (científico, técnico etc.).

A noção é, portanto, um conceito lexicalizado, e toda disciplina científica – a Linguística não é exceção – se constrói em torno da elaboração de noções logicamente organizadas num sistema. A aquisição de uma disciplina passa pela aquisição de seu sistema nocional: os conceitos com os quais ela permite raciocinar com uma relativa precisão e a terminologia que corporifica esses conceitos. O rigor na assimilação e na utilização da associação conceito + termo é a condição primeira para a construção de um saber científico, razão pela qual a noção é a nossa matéria-prima, após a língua, é claro, que é nosso objeto de estudo.

Para respeitar esta distinção, vamos usar a seguinte notação: os termos serão mencionados entre aspas duplas, os conceitos serão referidos entre aspas simples e as noções serão identificadas por itálico. Assim, podemos dizer que a noção de dependência é composta pela combinação do termo “dependência” com o conceito de ‘dependência’.

2. O conceito de ‘dependência’

Na apresentação dos seus princípios de análise, Hjelmslev (1975, p. 28) emprega explicitamente o termo “dependência”: “o essencial não é dividir um objeto em partes, mas sim adaptar a análise de modo que ela seja conforme às dependências mútuas que existem entre essas partes, permitindo-nos prestar contas dessas dependências de modo satisfatório.”

A partir dessa concepção inicial de dependência, como noção fundamental e indefinível (o tradutor escolheu o termo “essencial”, em oposição a “secundário”), o objetivo da análise, segundo Hjelmslev (1975, p. 28), não é apenas encontrar as partes do objeto analisado, mas também identificar as relações que essas partes estabelecem entre si, já que os objetos analisados (as expressões linguísticas, no caso) apresentam um funcionamento orgânico:

tanto quanto suas partes, o objeto examinado só existe em virtude desses relacionamentos ou dessas dependências; a totalidade do objeto examinado é apenas a soma dessas dependências, e cada uma de suas partes define-se apenas pelos relacionamentos que existem 1) entre ela e outras partes coordenadas, 2) entre a totalidade e as partes do grau seguinte, 3) entre o conjunto dos relacionamentos e das dependências e essas partes.

E é difícil não perceber alguma semelhança com o conceito de estrutura da Lógica, que envolve um domínio de indivíduos e uma função de interpretação, constituída pelas propriedades dos indivíduos e pelas relações entre eles (Mortari, 2016, p. 216–224); pois Hjelmslev (1975, p. 28) define sua teoria não apenas pelos seus elementos básicos, mas também pela rede de dependências entre eles: “uma totalidade não se compõe de objetos, mas sim de dependências”. Ao contrário da ontologia da Lógica, onde entidades, propriedades e relações são noções básicas, Hjelmslev sugere que os objetos podem não ser entidades básicas. Ele estaria mais próximo da Lógica se dissesse que ‘uma totalidade não se compõe apenas de objetos, mas também de dependências’.

Para essas dependências, Hjelmslev (1975, p. 29) estabelece três subtipos:

As dependências recíprocas, em que os dois termos se pressupõem mutuamente, serão, para nós, *interdependências*. As dependências unilaterais, em que um dos termos pressupõe o outro, mas não o contrário, serão chamadas *determinações*. Finalmente, as dependências mais frouxas, em que os dois termos estão num relacionamento recíproco sem que um pressuponha o outro, serão chamadas de *constelações*.

Assim, as interdependências são dependências mútuas, nas quais ambos os elementos envolvidos não podem ocorrer um sem o outro: a ocorrência de um é condicionada pela ocorrência do outro, e vice-versa. As determinações são dependências unilaterais, em que a ocorrência de um elemento

depende de outro, mas não vice-versa. Por sua vez, as constelações são dependências mais fracas, em que a ocorrência concomitante dos elementos não envolve necessidade de co-ocorrência⁶.

Sobre essas três subcategorias de dependência o autor (Hjelmslev, 1975, p. 8) vai projetar a seguinte distinção binária entre sistema e processo:

parece legítimo propor a priori a hipótese de que a todo processo corresponde um sistema que permite analisá-lo e descrevê-lo através de um número restrito de premissas. Deve ser possível considerar todo processo como composto de um número limitado de elementos que constantemente reaparecem em novas combinações.

Hjelmslev (1975, p. 8) acredita que, observando o funcionamento sistemático do processo, é possível abstrair um sistema que justificaria todas as potencialidades daquele processo:

Baseando-se na análise do processo, deveria ser possível reagrupar esses elementos [que compõem um processo] em classes, sendo cada classe definida pela homogeneidade de suas possibilidades combinatórias, e a partir dessa classificação preliminar deveria ser igualmente possível estabelecer um cálculo geral exaustivo das combinações possíveis.

Hjelmslev chama de texto qualquer processo linguístico⁷ A associação entre *processo e texto*, por um lado, e entre *sistema e língua*, por outro, fica explícita no seguinte trecho (Hjelmslev, 1975, p. 20):

graças a nossos instrumentos teóricos, essa simples seleção de textos [já produzidos] permite constituir um fundo de conhecimentos que por sua vez poderá ser aplicado a outros textos. Estes conhecimentos dizem respeito, naturalmente, aos *processos e textos* de que foram extraídos; mas não reside nesse ponto seu interesse único e essencial: tais conhecimentos dizem respeito também ao *sistema* ou *língua* a partir da qual se elabora a estrutura de todos os textos de uma mesma suposta natureza, e que nos permite construir novos textos.

Essa diferença entre processo e sistema ainda é baseada na distinção saussureana (Saussure, 1971, p. 143) entre eixo sintagmático (*in praesentia*) e eixo associativo (ou paradigmático; *in absentia*). Assim, segundo Hjelmslev (1975, p. 41):

Uma outra distinção, essencial para a teoria da linguagem, é a que existe entre a função “e . . . e”, ou “conjunção”, e a função “ou . . . ou” ou “disjunção”. É sobre esta distinção que se baseia a distinção entre processo e sistema: no processo, no texto, encontra-se um e . . . e, uma conjunção, ou uma coexistência entre

⁶ A definição desses conceitos é um pouco vaga, porque não é acompanhada de nenhuma exemplificação. Na sequência, o autor fará uma distinção desses três tipos de dependência, onde alguns exemplos serão apresentados.

⁷ Desafortunadamente, o autor não inclui, em nenhum momento de sua discussão (pelo menos não nos **Prolegômenos**), a noção de *produto*. Intuitivamente, os produtos seriam entidades mais concretas (ou mais próximas das entidades concretas, se pensamos no produto como um tipo (*type*) e não como uma instância (*token*)); os processos, uma abstração dos produtos; e os sistemas, uma abstração dos processos. Sem essa distinção, parece haver uma vagueza na noção de processo, que ora parece algo mais próximo do concreto (como um produto), ora algo mais abstrato (propriamente como um processo).

os fúntivos que dela participam. No sistema, pelo contrário, existe um ou...ou, uma disjunção ou uma alternância entre os fúntivos que dele participam.

Portanto, para Hjelmslev (1975, p. 44), numa das perspectivas possíveis, o processo é uma determinação do sistema (aquele depende unilateralmente deste):

o importante é que a existência de um sistema seja uma condição para a existência de um processo. O processo só existe em virtude do sistema subjacente que o governa e que determina sua formação possível. Não seria possível imaginar um processo sem um sistema por trás dele porque neste caso tal processo seria inexplicável, no sentido absoluto da palavra. Um sistema, pelo contrário, não é inconcebível sem um processo. A existência de um sistema não pressupõe a existência de um processo. O sistema não existe em virtude de um processo.

Como se percebe, a posição de Hjelmslev é bastante idealista, já que ele aceita a possibilidade de existirem sistemas que nunca se realizam em qualquer processo, e que algo só é processo se estiver associado a algum sistema. Um empirista poderia contestar que, sem qualquer identificação de algum processo, nenhum sistema poderia ser postulado. Mas o próprio Hjelmslev (1975, p. 44), no entanto, assume um racionalismo radical quando estipula a possibilidade de textos virtuais:

uma língua pode existir sem que se encontre um texto construído nessa língua. Isso quer dizer que essa língua é prevista pela teoria da linguagem como um sistema possível, sem que nenhum processo correspondente tenha sido realizado. O processo textual é virtual.

Ainda que Hjelmslev pudesse estar pensando na possibilidade de se postular um processo ainda não atestado para justificar a passagem, numa determinada língua, de uma etapa diacrônica a outra, sua teoria precisa enfrentar todas as suas potencialidades, inclusive a de um texto que não só ainda não foi atestado como jamais seria.

Estabelecida a distinção entre sistema e processo, essa oposição pode ser projetada sobre a tripartição entre interdependência, determinação e constelação, resultando numa tipologia com nove subcategorias (Hjelmslev, 1975, p. 29–30):

podemos distinguir as três espécies de dependências conforme entrem num processo ou num sistema. Denominaremos solidariedade a interdependência entre termos num processo, e complementaridade a [inter]dependência⁸ entre termos num sistema. A determinação entre termos num processo será chamada seleção, e entre termos num sistema, especificação. As constelações serão denominadas combinações num processo e autonomias num sistema.

Como Hjelmslev parece achar importante manter as noções de interdependência, de determinação e de constelação para os casos em que não se estiver falando nem de processo nem de sistema (ou seja, quando estivermos falando de forma geral, abstraindo-se as subcategorias do processo e do sistema), podemos resumir essas nove subcategorias no seguinte quadro:

⁸ No texto da tradução, o termo é “dependência”, mas, claramente, está-se falando aqui da “interdependência”, por isso o nosso acréscimo.

	processo	sistema
interdependência	solidariedade	complementaridade
determinação	seleção	especificação
constelação	combinação	autonomia

Fonte - elaboração própria

Assim, por exemplo, a “solidariedade” é a interdependência no processo; por outro lado, a “autonomia” é a constelação no sistema.

Para ilustrar a complementaridade, Hjelmslev (1975, p. 30) cita em nota as relações entre substantivo e adjetivo, e entre vogal e consoante. Mas estes não parecem ser exemplos incontroversos, pois ainda que não tenhamos consoantes desacompanhadas de vogais, nem adjetivos desacompanhados de substantivos, o contrário pode ocorrer; assim, o exemplo seria de especificação. Além disso, apesar de não estar explicitamente dito, o que poderíamos imaginar como motivação da classificação como fenômeno de sistema, e não de processo, é o fato de que a relação se dá entre categorias linguísticas (vogais e consoantes, substantivos e adjetivos), e não entre entidades linguísticas.

Para a solidariedade, o exemplo mencionado é o da declinação de caso e número em latim (Hjelmslev, 1975, p. 30):

muito frequentemente há solidariedade entre os morfemas de diversas categorias no interior de uma mesma “forma gramatical”, de modo que um morfema de uma categoria se vê ali sempre acompanhado por um morfema da outra categoria, e reciprocamente. O substantivo latino sempre comporta um morfema de caso e um morfema de número, e um nunca é encontrado sem o outro.

Aqui, a dependência mútua é identificada pela ocorrência simultânea da marcação de número e de caso na declinação dos nomes latinos, já que um não pode aparecer sem o outro e vice-versa; na verdade, esse é um caso clássico de dois morfemas manifestados num único morfe, e talvez pudéssemos acrescentar como exemplo o caso da primeira pessoa do singular do presente do indicativo dos verbos em português, que congrega numa única vogal (o morfe -o) os morfemas de tempo, de aspecto, de modo, de número e de pessoa. Contudo, a relação ocorre novamente entre categorias, e não entre entidades, o que, ao contrário de nossa hipótese anterior, contradiz que o critério distintivo seja esse. O que poderia justificar aqui a classificação como fenômeno do processo seria a distribuição sintagmática (conjunção: o caso e o número ocorrem um em presença do outro); mas isso também se contrapõe à análise do exemplo anterior, já que vogais e consoantes, e substantivos e adjetivos, também ocorrem em distribuições sintagmáticas, e não paradigmáticas (não é ou bem adjetivo ou bem substantivo, ainda que vogais e consoantes sejam definidos através da distribuição complementar).

O exemplo de seleção (dependência unilateral no processo) oferecido por Hjelmslev (1975, p. 30) é o de a preposição latina sine reger o caso ablativo no substantivo que a acompanha:

Os casos de seleção, entretanto, são mais notáveis. Alguns são conhecidos, há muito tempo, sob o nome de recção, ainda que este conceito continue mal definido. Pode haver seleção entre uma preposição e seu objeto: assim, entre sine e o ablativo, com sine pressupondo a existência de um ablativo no texto, enquanto que o inverso não é verdadeiro.

Por fim, o exemplo de combinação (ocorrência concomitante sem qualquer dependência, no processo) é novamente o de uma preposição, “ab”, que rege um nome também ablativo (Hjelmslev, 1975, p. 30): “Em outros casos há combinação, tal como, em latim, entre ab e o ablativo, que têm uma coexistência possível mas não necessária.”

Neste caso, não haveria determinação porque “ab” poderia ocorrer desacompanhado de ablativo (Hjelmslev, 1975, p. 30-31): “Esta possibilidade de coexistência os distingue, por exemplo, de ad e do ablativo, que se excluem mutuamente. Se a coexistência de ab e do ablativo não é necessária, é porque ab pode também funcionar como prefixo de verbo.”

Mas esse argumento pressupõe uma identidade entre as ocorrências de “ab” como preposição (uma entidade sintática) e como prefixo verbal (uma entidade morfológica), entidades de níveis de análise distintos.

Hjelmslev não oferece exemplos nem de especificação nem de autonomia (respectivamente, determinação e constelação, ambas no sistema), mas o que foi visto até aqui é suficiente para comparar o seu modelo com o de Tesnière. Vejamos portanto algumas características da teoria deste.

2.2. Em Tesnière

O objetivo de Tesnière (1965, p. 11) parece ser o de identificar a estrutura sintática (não necessariamente linear) das sentenças, que o autor chama de “frase”⁹: “O objeto da sintaxe estrutural é o estudo da frase.”

O autor define frase da seguinte maneira (Tesnière, 1965, p. 11)¹⁰: “A frase é um conjunto organizado cujos elementos constituintes são as palavras.” Ou seja, a frase é uma unidade complexa, uma sequência coesa (“conjunto organizado”) constituída a partir das unidades elementares que são as palavras. Tesnière já defende a concepção de que um objeto linguístico complexo, como a frase, não é resultado de uma mera concatenação sequencial de palavras, mas as palavras estão ligadas entre si através de algumas relações (Tesnière, 1965, p. 11): “Toda palavra que faz parte de uma frase deixa de ser uma entidade isolada, como num dicionário. Entre ela e suas vizinhas, o espírito capta algumas conexões, cuja totalidade forma a estrutura da frase.”

⁹ O termo original em francês é “phrase”, cujo cognato português é “frase”, usado também na nossa tradição gramatical; o termo “sentença” passa a ser mais usado com a difusão da Gramática Gerativa, a partir do original em inglês “sentence”. Todas as traduções das citações de Tesnière são minhas, já que não há uma tradução de seu livro para o português.

¹⁰ Todos os negritos nas citações são do próprio autor.

Como, em algumas línguas, a conexão pode não aparecer explicitamente na frase (como no francês e no português, por exemplo)¹¹ Tesnière justifica a inferência das relações sintáticas a partir de uma frase simples, com apenas duas palavras (Tesnière, 1965, p. 11–12):

uma frase do tipo Alfredo fala não é composta apenas por dois elementos: 1) Alfredo e 2) fala, mas, sim, por três elementos: 1) Alfredo, 2) fala e 3) a conexão que os liga, sem a qual não haveria a frase. Dizer que uma frase do tipo Alfredo fala seja constituída apenas por dois elementos é analisá-la de uma maneira superficial, apenas morfológicamente, negligenciando o essencial, que é a relação sintática.

Assim, mesmo sem um indicador explícito, o encadeamento “Alfredo fala” só deixa de ser uma mera sequência desconexa de palavras e passa a ser uma frase, quando inferimos a relação que liga “Alfredo” e “fala”, no que diz respeito tanto à sua produção quanto à sua compreensão (Tesnière, 1965, p. 12): “Construir uma frase é insuflar vida em uma massa amorfa de palavras, estabelecendo entre elas um conjunto de conexões. Por outro lado, compreender uma frase é captar o conjunto de conexões que congrega as diversas palavras.”

Mais do que apenas se referir ao indivíduo cujo nome é “Alfredo” (primeiro elemento) e à ação de falar, designada pela forma verbal “fala” (segundo elemento), a frase ainda nos garante que quem executa a ação de falar é o Alfredo (relação correspondente ao terceiro elemento), nos dizendo como “Alfredo” e “fala” se relacionam.

É nesse contexto que Tesnière (1965, p. 13) introduz o seu conceito de ‘dependência’:

As conexões estruturais estabelecem entre as palavras relações de dependência. Cada conexão une, por princípio, um termo superior a um termo inferior. O termo superior recebe o nome de regente. O termo inferior recebe o nome de subordinado. Assim, na frase Alfredo fala (ver estema 1), fala é o regente e Alfredo é o subordinado.

O mencionado “estema 1”, de Tesnière (1965, p. 14), corresponde a uma árvore em que a palavra regente ocupa a posição superior e a palavra subordinada fica logo abaixo:



O autor parece aqui aceitar a tradição gramatical que reconhece no verbo o papel de distribuir as funções gramaticais de sujeito e de objeto(s), de acordo com seu padrão de regência: verbos intransitivos determinam apenas um sujeito; verbos transitivos diretos, além de sujeito, demandam também um objeto direto; verbos transitivos indiretos impõem um sujeito e um objeto indireto, regido

¹¹ Em línguas que apresentam declinação de caso, como o latim ou o alemão, a marcação de caso nominal pode ser entendida como uma explicitação da conexão.

por alguma preposição; e verbos bitransitivos exigem sujeito, um objeto direto e outro indireto. Dessa maneira, o verbo é usado como paradigma de regente.

As funções de regente e de subordinado são dinâmicas, e dependem das relações que as palavras assumem umas em relação às outras (Tesnière, 1965, p. 13): “Uma palavra pode ser, ao mesmo tempo, subordinada a uma palavra superior e regente de uma palavra inferior. Assim, na frase meu amigo fala (ver estema 2), amigo é, por um lado, subordinado a fala e, por outro, regente de meu.”

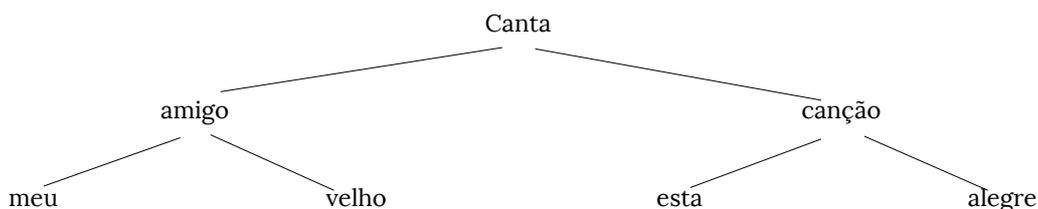
Este segundo estema de Tesnière (1965, p. 14) é uma árvore com três níveis hierárquicos:



No nível intermediário, “amigo” é subordinado a “fala”, mas é regente de “meu”. E aqui Tesnière parece aceitar novamente a tradição gramatical que atribui um papel central ao nome no núcleo do sintagma nominal na posição de sujeito.

Diferentemente de Hjelmslev, Tesnière (1965, p. 14) só reconhece a dependência unilateral (determinação); ele não prevê a possibilidade nem da interdependência nem da constelação: “Por princípio, um subordinado só pode depender de um único regente. Um regente, ao contrário, pode comandar vários subordinados; por exemplo, meu velho amigo canta esta alegre canção (ver estema 3).”

O estema 3, de Tesnière (1965, p. 14), para a frase “meu velho amigo canta esta alegre canção”, é novamente uma árvore de três níveis, agora com três bifurcações:



Neste trecho, o autor sugere fortemente que a relação hierárquica se estabelece diretamente entre as palavras, e não entre unidades intermediárias, como os sintagmas.¹² Tesnière não prevê, por exemplo, a possibilidade de “meu” ser comandado por “velho amigo”; as dependências ocorrem exclusivamente entre palavras, e não entre sintagmas.

Ao recorrer a um diagrama em árvore, o autor antecipa o conceito de ‘nó’, que foi difundido pela

¹² Na tradição da Gramática de Estrutura Sintagmática, como em Miotto, Silva e Lopes (2013, p. 47), o sintagma é definido como “uma unidade sintática construída hierarquicamente”, para além da sua produção sequencial no tempo, ou seja, para além da ordem linear. O sintagma é estabelecido a partir de um núcleo e pode ser empiricamente comprovado através dos testes de constituição (Kenedy; Othero, 2018, p. 21–28).

gramática chomskyana (como em Kimball (1976, p. 18))¹³. Segundo Tesnière (1965, p. 14):

Todo regente que comanda um ou mais subordinados forma o que chamaremos de um nó. Definiremos, portanto, o nó como um conjunto constituído pelo regente e por todos os subordinados que, num determinado nível, dependem direta ou indiretamente dele, e que ele assim os amarra num único feixe.

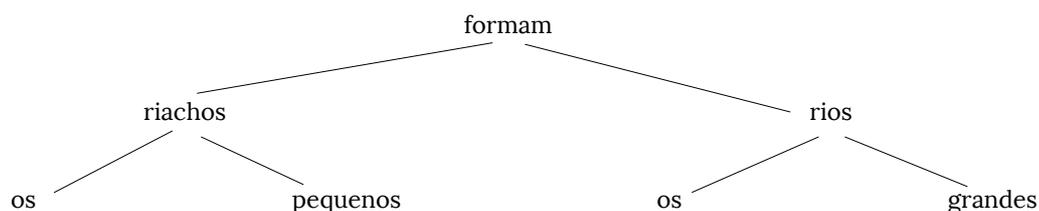
O conceito de ‘nó’, no entanto, não localiza apenas o ponto da árvore em que um ramo bifurca; ou seja, o nó inclui tanto o regente quanto seus subordinados, e não só o regente. Mais radicalmente ainda, um nó parece compreender inclusive os subordinados indiretos; portanto, no estema 3, teríamos um nó que incluiria “amigo” (regente), “meu” e “velho” (subordinados a “amigo”), outro que abarcaria “canção” (regente), “esta” e “alegre” (subordinados a “canção”), e finalmente o nó central, ou o nó dos nós (Tesnière, 1965, p. 15), composto por “canta” (regente) e pelos dois nós regidos por “amigo” e por “canção”. O conceito de ‘nó’ parece corresponder ao de ‘domínio’ (Miotto; Silva; Lopes, 2013, p. 54); assim, “canta” ocupa a posição superior do nó que domina toda a frase, enquanto “amigo” está no topo do nó que domina apenas “meu velho amigo”, enquanto “canção” é o regente do nó que domina “esta alegre canção”.

Tesnière adianta ainda uma outra distinção modernamente bastante relevante para a Linguística Computacional, entre dominância imediata (immediate dominance, ID) e precedência linear (linear precedence, LP), como no modelo de Shieber (1984):

Toda a sintaxe estrutural repousa sobre as relações que existem entre a ordem estrutural e a ordem linear. Construir ou estabelecer o estema de uma frase consiste em transformar a ordem linear em ordem estrutural. Seja, por exemplo, a seguinte frase: os pequenos riachos formam os grandes rios; se transformamos a ordem linear em ordem estrutural, obteremos o estema 9.

Inversamente, converter um estema, ou colocá-lo numa frase, é transformar a ordem estrutural em ordem linear, dispendo sobre a cadeia falada as palavras que a constituem. (Tesnière, 1965, p. 19)

O estema 9, de Tesnière (1965, p. 19), corresponde à seguinte árvore:



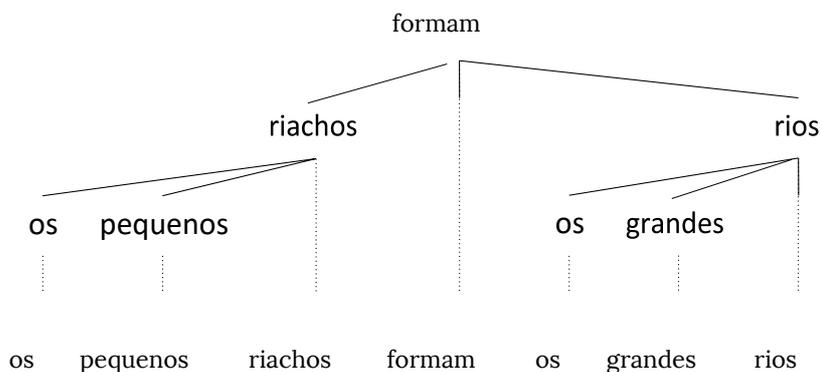
Já a ordem linear da frase correspondente ao estema 9 é representada por uma linha debaixo da sequência de palavras:

¹³ Como Chomsky teve um importante período de formação na França, do qual resultou seu livro *Linguística Cartesiana* (Chomsky, 1972), poderíamos conjecturar que ele pudesse ter conhecimento do livro de Tesnière. O fato, porém, é que, no referido livro de Chomsky, não há qualquer menção a Tesnière.

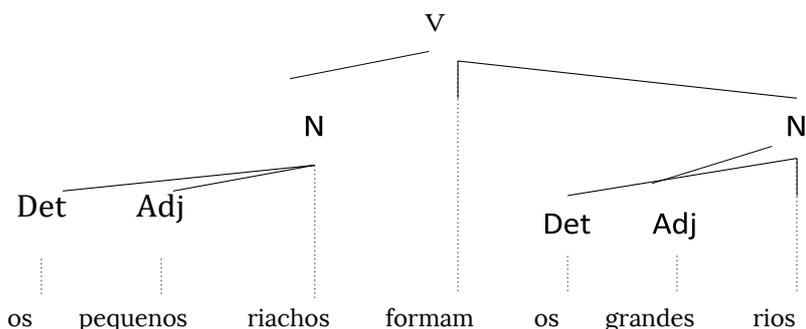
os pequenos riachos formam os grandes rios

Em português, o estema 9 poderia receber uma outra ordem linear: “os riachos pequenos formam os rios grandes”. Usando as noções de Shieber, poderíamos dizer que o estema 9 decorre do fato de que “formam” domina imediatamente “riachos” e “rios”, e cada um destes domina imediatamente “os” e “pequenos”, e “os” e “grandes”. Para o ordenamento linear, precisaríamos dizer que “riachos” antecede “formam”, e este antecede “rios”, “os” antecede “pequenos”, “grandes”, “riachos” e “rios”; e não precisaríamos impor nenhuma restrição de ordem entre “pequenos” e “riachos” nem entre “grandes” e “rios”, já que eles podem aparecer em qualquer ordem.¹⁴ Tesnière, contudo, não dá muita atenção à questão da linearização, e sua teoria se concentra antes na ordem estrutural.

Modelos posteriores, inspirados no de Tesnière, passaram a desenhar a árvore de dependência de forma a incluir não apenas a ordem estrutural mas também a ordem linear, como na árvore abaixo:

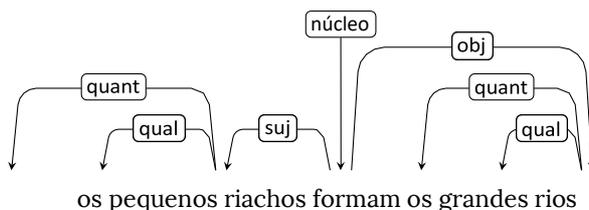


Hays (1964), usando esse tipo de árvore, aproximou ainda mais o diagrama de dependência e a árvore de estrutura sintagmática, incluindo no topo dos nós também as classes das palavras:



¹⁴ Lyons (1979, p. 79–81) trata essa mesma questão de uma maneira diferente, distinguindo as relações sintagmáticas entre sequenciais e não-sequenciais; mas não tratemos desse assunto aqui.

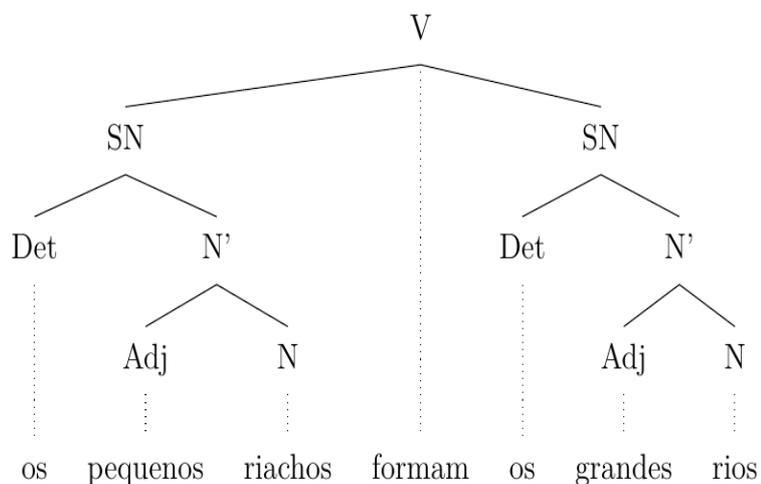
Outros modelos de diagramas de dependência, como o de Kubler, McDonald e Nivre (2009), projetam a ordem estrutural sobre a ordem linear através de arcos direcionados, rotulados pela função sintática, que ligam as palavras. Assim, o diagrama para a mesma frase, “os pequenos riachos formam os grandes rios”, seria desenhado da seguinte maneira:



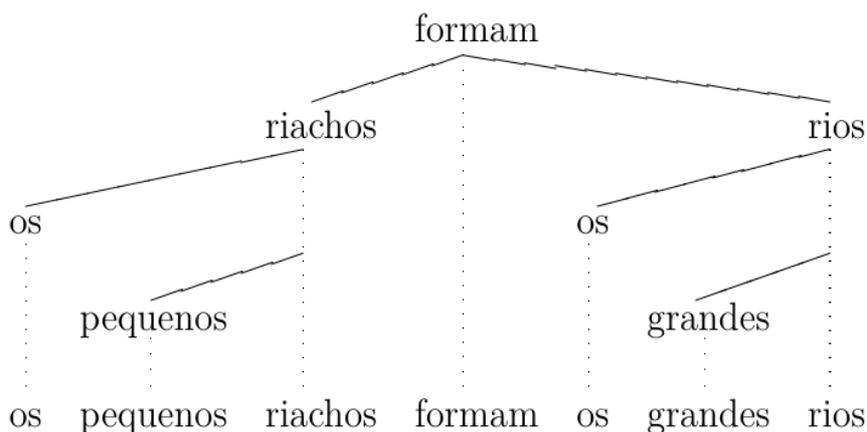
Num diagrama como este, a ordem linear é representada pela sequência de palavras da esquerda para a direita, e as dependências são indicadas pelas setas que saem dos regentes e apontam para os respectivos subordinados. Podemos ler, no diagrama acima, que “formam” subordina tanto o núcleo do sujeito “riachos”, quanto o núcleo do objeto direto “rios”; “riachos” e “rios” subordinam respectivamente os qualificadores “pequenos” e “grandes”, e o quantificador (ou artigo definido, na nossa tradição gramatical) “os” (que ocorre uma vez subordinado pelo núcleo do sujeito e outra pelo núcleo do objeto direto). O diagrama ainda registra o nó central, indicado como “núcleo”, mas isso não é estritamente necessário: ele pode ser inferido porque o nó central é o único ao qual não chega nenhuma seta.

Vamos interromper a apresentação da teoria de Tesnière aqui; neste ponto, não chegamos nem a arranhar a superfície de todo o aparato analítico que o autor mobiliza para podermos analisar as expressões das línguas naturais. Tesnière define ainda uma série de translações (ou transposições) para lidar com a adaptação de classes de palavras que fazem um núcleo de uma determinada classe assumir a função típica de outra; o exemplo paradigmático, também já identificado na tradição gramatical, é o das preposições que podem adaptar os nomes para funcionarem não somente como complemento nominal, mas também como adjunto adnominal ou adverbial (de predicados ou mesmo de sentenças inteiras). No entanto, temos o suficiente para procedermos às observações que queremos fazer, mas não poderíamos terminar esta seção sem antes apontar uma última característica do modelo de Tesnière que não está evidente no seu próprio livro.

As dependências acontecem, por definição, apenas entre as palavras, e não entre sintagmas. Ou seja, no estema 9, “os” e “pequenos” dependem, ambos, concomitantemente do regente “riachos”. Não parece haver nenhum recurso para analisar “os” como sendo dependente de “pequenos riachos”. Recorrendo aos diagramas com nós encabeçados por classes sintagmáticas, poderíamos desenhar uma árvore mais parecida com as de estrutura sintagmática para essa disposição:



O fato é que esta disposição não parece ser compatível com os princípios da Gramática de Dependência, tal como postulados originalmente por Tesnière. Uma última tentativa de forçar a mão



para tentar representar essa dependência em duas etapas, recorrendo novamente aos esquemas apenas com ordem linear e ordem estrutural (sem nós rotulados com classes), poderia ser como na árvore abaixo:

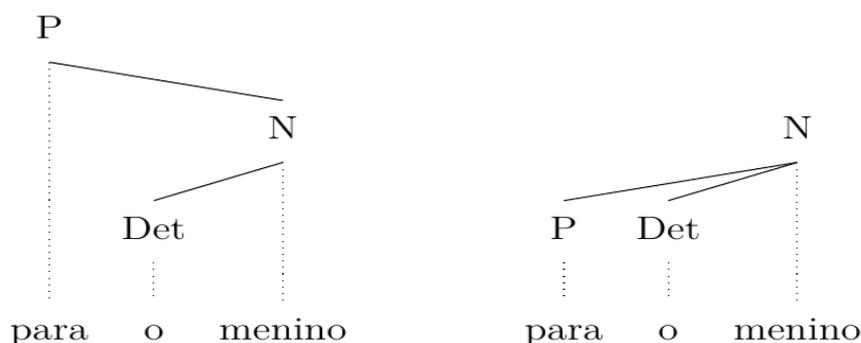
Como esta representação, até onde se sabe, não foi proposta por ninguém da Gramática de Dependência, ela deve ser vista como uma mera especulação, cuja viabilidade dentro do modelo parece ser bastante duvidosa, já que, como vimos, a dependência se estabelece, por definição, para Tesnière, exclusivamente entre palavras, e não entre sintagmas.

3. Duas dimensões de comparação da dependência

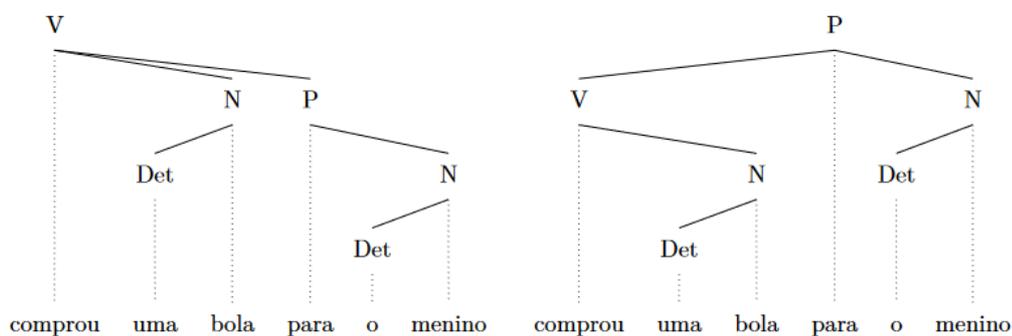
Dentre as diversas propriedades de ambos os modelos que poderiam ser comparadas, vamos nos concentrar aqui apenas em duas delas. Uma diz respeito aos critérios para a postulação da relação de dependência; vamos chamá-la de “metafísica da justificação”. A outra tem que ver com a natureza das entidades que apresentam ou não a dependência; chamaremos essa propriedade de “ontologia das unidades”. Vejamos cada uma delas.

3.1. Metafísica da justificação

Associada à tradução automática, a Gramática de Dependência ganhou algum destaque nos anos 1960, mas foi nesse mesmo período, devido à necessidade de produzir uma implementação computacional, que ela esbarrou em dificuldades epistemológicas. Os linguistas não conseguiram resolver uma controvérsia sobre a estrutura dos sintagmas preposicionados, de forma que não foi possível identificar um critério para o estabelecimento do seu núcleo: se era a preposição ou o nome. Havia os que defendiam que, sem a preposição, não haveria sintagma preposicionado (e, portanto, a preposição deveria ser o núcleo, como na árvore da esquerda, abaixo), e aqueles que defendiam que o nome identifica uma parte importante do que se diz, e assim a preposição cumpriria apenas uma função gramatical secundária (sendo, portanto, o nome o núcleo do sintagma “para o menino”, como na árvore da direita).

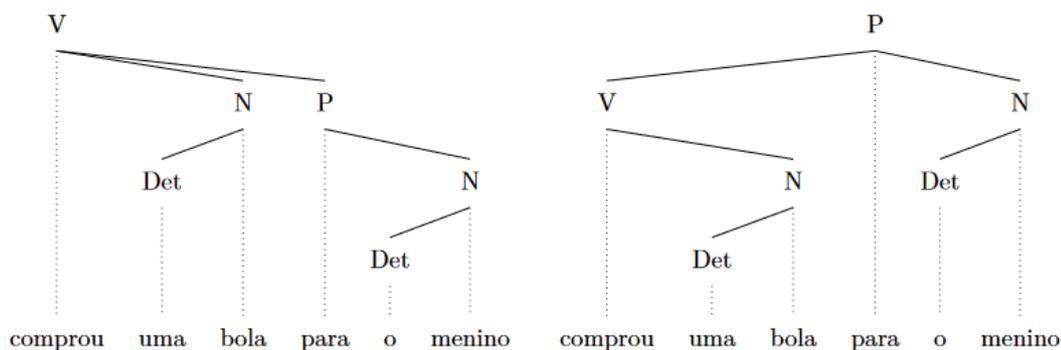


Outro ponto controverso era o da relação entre as partes para as quais a preposição serve de conectivo. Assim, num sintagma como “comprou a bola para o menino”, havia algumas posições favoráveis à estrutura representada na árvore à esquerda abaixo, onde o verbo “comprou” seria o núcleo principal, e outras favoráveis à estrutura representada na árvore à direita abaixo, onde a preposição ocuparia a posição de núcleo principal.



Ou seja, estamos diante da antiga controvérsia para a análise dos sintagmas preposicionados: ou como objeto indireto de um verbo (regido portanto por ele, sendo seu subordinado, cumprindo uma função argumental, como na árvore à esquerda acima) ou como adjunto adverbial (cumprindo assim uma função predicativa, impondo dependência aos seus argumentos, como na árvore à direita acima).

Há mais duas análises para esse mesmo sintagma: uma quando a preposição funciona como conectivo entre “uma bola” e “o menino”, considerando-se como núcleo o nome “bola” (árvore à esquerda abaixo); e outra quando a preposição conecta “uma bola” e “o menino” (árvore à direita abaixo), caso em que nenhum nome é núcleo desse sintagma – função ocupada pela própria preposição.



Essas quatro possibilidades decorrem da disposição sobre qual é o regente e qual é o subordinado. Sem o estabelecimento de um critério explícito e inequívoco, não há como decidir que estrutura é a mais adequada para “comprou uma bola para o menino” numa determinada configuração sintática.

Estivemos usando aqui os estemas da Gramática de Dependência, mas os mesmos ra- ciocínios valem para a teoria da linguagem de Hjelmslev. Ainda que, para este último, as relações se estabeleçam entre entidades descoladas da tradição gramatical (em nenhum momento Hjelmslev menciona as noções de sujeito e predicado, de nome ou verbo, nem de objeto indireto ou adjunto adverbial; no entanto, como vimos, Hjelmslev emprega o termo “preposição” quando apresenta alguns exemplos de tipos de dependência), a dificuldade para identificar a questão focal sobre a qual a dependência vai

incidir é a mesma.¹⁵ Em nenhuma das duas concepções da noção de dependência parece haver qualquer critério para se decidir qual efetivamente é o regente e qual é o regido. Além disso, ainda que a discussão aqui tenha se restringido apenas ao papel da preposição, ela provavelmente também pode ser estendida para qualquer outra classe de palavras.

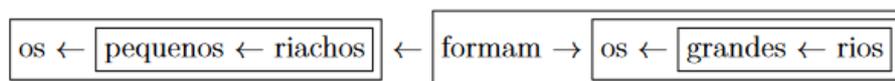
Tesnière parece estar mais próximo da tradição gramatical, e talvez estivesse inclinado a aceitar a nuclearidade dos verbos nas sentenças e dos nomes nas posições argumentais dos verbos, mas a função ambígua das preposições – ora como indicador apenas de caso, com o papel temático especificado pelo verbo regente, como em “gostar de”, ora como indicador tanto de caso como de papel temático, como em “viagem de . . . para . . .” (Míoto; Silva; Lopes, 2013, p. 134) – não é facilmente resolvida sem outras estipulações além da noção de dependência.

E ainda que Hjelmslev tenha procurado se afastar da epistemologia da Gramática Tradicional, sua teoria também sofre da falta de especificação do foco para identificar a relação de dependência (se a relação é sintática ou semântica; se ocorre apenas entre unidades atômicas, ou se pode envolver também encadeamentos).

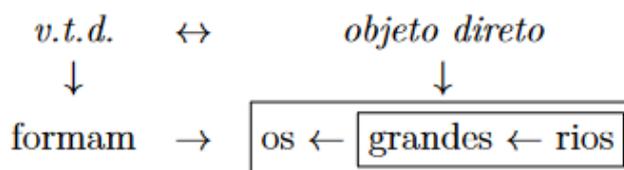
3.2. Ontologia das unidades

A segunda questão, a da determinação da natureza das unidades relacionadas, é um pouco mais sutil em Hjelmslev do que em Tesnière. Para este último, a dependência ocorre, por definição, exclusivamente entre palavras. Já para Hjelmslev, não há nada que restrinja as dependências às palavras; pelo contrário, ele próprio menciona a relação entre uma palavra (como as preposições latinas) e casos gramaticais impostos pela regência (como o ablativo no nome complemento da preposição).

Assim, a questão apontada no final da seção 2.2, sobre a possibilidade de “os” ser regido por “pequenos riachos”, na primeira ocorrência, e por “grandes rios”, na segunda, que nos obrigou a postular uma adaptação forçada para os estemas da Gramática de Dependência, não se coloca para Hjelmslev; e a estrutura para “os pequenos riachos formam os grandes rios” poderia ser representada pelo diagrama abaixo.



¹⁵ Por “questão focal” estamos querendo indicar que não fica claro se o critério para estabelecer a dependência é sintático ou semântico, se é exclusivamente entre palavras, exclusivamente entre categorias linguísticas ou indiferentemente entre palavras e categorias.



No entanto, como no caso da relação entre a realização do sujeito e a realização predicado, “os grandes rios” não é a única realização possível para o objeto direto de “formam”.

Evidentemente, se nos concentrarmos nas entidades linguísticas, e não nas categorias, o raciocínio favoreceria a solução anterior: ainda que um verbo como “formar” seja transitivo direto e demande um objeto direto, esse objeto não precisa ser necessariamente “os grandes rios”; poderia ser “os grandes ribeirões”. Assim, a relação de interdependência ocorreria entre o verbo e o seu objeto direto, genericamente; mas entre o verbo “formar”, especificamente, e “os grandes rios”, ou qualquer outro objeto direto, seria de determinação.

Este mesmo raciocínio poderia ser replicado para a estrutura do sintagma nominal. Na verdade, ele poderia ser estendido para qualquer sintagma e para sua respectiva categoria.

Como se vê, nesta reflexão sobre as relações entre as funções gramaticais de sujeito, predicado e objeto direto, não foi levada em conta a distinção hjelmsleviana entre sistema e processo. A diferença, tal como apresentada nos Prolegômenos, parece insuficientemente resolvida, e preferiu-se aqui não levá-la em consideração. Ainda que considerássemos essa distinção entre sistema e processo, as complicações apontadas não se desfariam; pelo contrário, elas potencialmente se multiplicariam. Mas, claro, essa é uma questão que merece mais investigação antes de podemos tirar qualquer conclusão definitiva.

4. Conclusão

Recuperando a discussão de antigos paradigmas que não ocupam mais o centro das atenções da Linguística moderna, como a Gramática de Dependência inspirada em Tesnière e a Glossemática de Hjelmslev¹⁷ esperamos ter aproveitado a oportunidade para tornar a suscitar questões esquecidas ou mal resolvidas nos paradigmas atualmente em vigor, que naturalizam acriticamente uma boa parte da epistemologia de teorias anteriores (Borges Neto, 2013).

Além disso, procuramos indicar também o que nos pareceu alguma dificuldade na própria especificação dos dois paradigmas analisados aqui.

¹⁷ Com as devidas desculpas dos raros gramáticos de dependência e dos poucos glossemáticos, que vão se enfurecer por terem sido colocados na periferia da Linguística.

Dentre os principais problemas, a questão do estabelecimento do estatuto da preposição nos parece o mais grave. Usando as propostas de Hjelmslev e de Tesnière, esperamos ter revelado algumas dificuldades para se raciocinar sobre a estrutura da qual a preposição participa e sobre a sua relação com as outras classes de palavras, e também sobre o seu papel na indicação das funções gramaticais.

Além disso, num âmbito mais geral, a complexidade da estabelecimento apropriado das classes e das funções gramaticais também deve ter ficado evidenciada.

Passando agora para uma agenda mais positiva, comparadas as propostas de Tesnière e de Hjelmslev, observa-se que a teoria do primeiro estava voltada para uma questão mais empírica do que teórica. Tesnière sempre apresenta as suas noções acompanhadas de exemplos, denunciando o seu interesse maior pela análise das expressões linguísticas. Já Hjelmslev, além de nos oferecer poucos exemplos, está bem mais preocupado em construir uma teoria mais precisa, com definições explícitas, num formato até axiomático; ele parece confiar que, compreendidas as definições, as análises decorreriam automaticamente.

Ainda que não tenhamos pretendido qualquer exegese precisa de alguma das duas teorias, a discussão de paradigmas antigos, para além do interesse meramente histórico, também nos ajuda a não esquecer que todas as questões que discutimos atualmente já eram discutidas, de um modo ou de outro, por nossos antecessores. Olhar para o passado nos ajuda a não esquecermos os acertos e pode nos auxiliar a não cometer os mesmos erros que por acaso estivermos insistindo em cometer novamente.

Para encerrar, é preciso chamar a atenção para o fato de que a ‘dependência’, tanto em Tesnière quanto em Hjelmslev, é apresentada como um conceito elementar. Como conceito básico, ela não é decomposta em qualquer outro conceito mais elementar. Numa teoria como a de Hjelmslev, mais formal, essa é uma opção natural, já que os sistemas formais são estabelecidos escolhendo-se as suas entidades básicas e estipulando suas propriedades e relações. Do ponto de vista empírico, entretanto, se uma teoria pretende prestar-se a alguma aplicação prática, suas entidades elementares precisam estar ancoradas em algum mundo efetivo, e as propriedades e as relações postuladas devem corresponder às propriedades e às relações efetivamente constatadas nos objetos do mundo que são correlacionados às entidades teóricas básicas. Ou seja, o conceito de ‘dependência’ em ambos os autores aqui apreciados precisaria receber um controle mais efetivo; ainda que dependa da intuição, o analista que recorre a alguma destas duas teorias deve dispor de algum mecanismo para testar a sua intuição, precisa saber quando pode confiar nela e quando deve desconfiar dela. Em resumo, como a argumentação sobre a posição dependencial da preposição deixou claro, mesmo em relação a um único fenômeno, podemos nos perguntar sobre a dependência quanto a diversos aspectos; sem um critério explícito para estabelecer quais são as entidades cujas dependências devem ser averiguadas, a consistência da análise pode ficar prejudicada.

Informações complementares

Avaliação

Avaliação: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v22i2.2167.R>

Editores

Marta Deysiane Alves Faria Sousa

Afiliação: Universidade Federal de Sergipe

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1297-2037>

Adriana Pagano

Afiliação: Universidade Federal de Minas Gerais

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3150-3503>

Jorge Baptista

Afiliação: Universidade do Algarve - INESC-ID Lisboa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4603-4364>

RODADAS DE AVALIAÇÃO

Avaliador 1: Andre Vinicius Lopes Coneglian

Afiliação: Universidade Federal de Minas Gerais

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1726-8890>

Avaliador 2: Clóvis Luiz Alonso Jr.

Afiliação: Universidade de São Paulo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6358-219X>

AVALIADOR 1

O presente artigo traz uma interessante e oportuna discussão a respeito da noção de "dependência" em dois modelos teóricos, o tesnieriano e o hjelmsleviano. A discussão é conduzida por meio de uma exposição clara e uma argumentação balizada que, na medida do possível, aproveita exemplos concretos com base nos quais são tecidos comentários.

No entanto, para algumas das questões que o autor apresenta como "problemas" ou "dificuldades", como é o caso da análise das preposições, há inúmeros trabalhos que se desenvolveram subsequentemente às propostas de Tesnière e Hjelmslev que dão conta de resolver, pelo menos minimamente, tais questões. É o exemplo dos trabalhos ligados ao modelo das Dependências Universais e aos trabalhos de Timothy Osborne, em cuja obra "A dependency grammar of English" traz uma discussão extensa sobre as preposições.

Outra questão que pode merecer apenas uma indicação de outra bibliografia diz respeito à discussão sobre a própria noção de "dependência". Não se pode ignorar que há todo um desenvolvimento teórico sobre essas noções após Tesnière e Hjelmslev. Discussões essas que, inclusive, já especificaram a natureza do problema "para identificar a relação de dependência" (trecho do artigo). Cite-se novamente T. Osborne, quem, no Prefácio à tradução inglesa dos Elementos, indica que "Tesnière did not produce a falsifiable definition of dependency. His approach was, rather, mentalist.". Interpretações como esta podem, ao menos, ser referenciadas no artigo, de modo a deixar claro em que medida a discussão avançou.

De todo modo, não é necessária uma revisão desses pontos apresentados. De um modo geral, pode-se dizer que o presente artigo é um produto intelectual crítico que se constroi contrariamente à "naturalização" acrítica da epistemologia de base da Gramática de Dependências. Este parecer é, pois, pela aceitação do artigo.

AVALIADOR 2

PARECER

Realizo aqui, para a Revista da Abralín, um parecer sobre o artigo "Duas noções de dependência", de Luiz Arthur Pagani. Sigo o roteiro de itens proposto pela Revista.

TÍTULO

O título do artigo se relaciona precisamente com o assunto do texto.

RESUMO

O resumo é claro e conciso, embora se anuncie a concepção de "ferramentas conceituais para observar, compreender e explicar fenômenos linguísticos explicar fenômenos.

INTRODUÇÃO

De caráter conteudista e não propriamente metodológico, a Introdução bem cumpre o papel de contextualizar o tópico do texto.

MÉTODO

Como método de desenvolvimento do texto, procede-se à descrição do tratamento da dependência sintática nas obras em pauta. Trata-se mesmo de trabalho historiograficamente descritivo, conforme se declara em seu resumo: “O objetivo não será propriamente exegético (não pretendemos discutir a forma mais adequada de interpretar o conceito de ‘dependência’ nesses autores [os autores das obras em pauta]) (...)” (o negrito é meu).

Há muito boa seleção de amostragem, auferida das obras em pauta.

RESULTADO

O desenvolvimento e a conclusão do trabalho condizem com o plano do texto.

Com razão, o autor salienta a importância de seu empreendimento para o (re)conhecimento da questão em pauta, a que corresponde relevância para a área historiográfica.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Tem-se aqui um trabalho imbuído do espírito de certa isenção opinativa, característica do discurso historiográfico. Não se deve, pois, esperar alta interpretação dos fenômenos linguísticos apresentados, porque não é a isso que o trabalho se presta, preocupado que é com um labor de retomada historiográfica. Trata-se de declarada vocação do texto, acusando-se pontos a tematizar alhures.

Entendo que o artigo deva ser aprovado, dada sobretudo sua original relevância na retomada historiográfica. Anotei fartamente o manuscrito original com sugestões linguísticas e observações temáticas ad hoc, na expectativa de que o autor deseje aproveitá-las.

Conflito de Interesse

As autoras não têm conflitos de interesse a declarar.

Agradecimentos

As reflexões apresentadas neste texto tiveram início em 2013, quando participei de um grupo de estudos no qual lemos primeiro o livro de Hjelmslev e depois o de Tesnière; por isso, agradeço a Claudia Mendes Campos, José Roberto do Carmo Jr. e Alessandro J. Beccari, que integravam o grupo. Pela leitura atenta, com boas sugestões, agradeço novamente a José Roberto do Carmo Jr., e também a Adriana Silvina Pagano e aos dois pareceristas anônimos desta revista. É preciso dizer que os erros que permaneceram se devem à minha obtusa teimosia.

REFERÊNCIAS

- BADIR, Sémir. A noção de texto em Hjelmslev. **Cadernos de Semiótica Aplicada** 3, v. 3, n.2, p. 1-5, 2005. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/casa/article/view/724/594>. Acesso em: 17 ago. 2023.
- BECCARI, Alessandro Jocelito. **Tratado sobre os Modos de Significar ou Gramática Especulativa, de Tomás de Erfurt**. Curitiba: Editora da UFPR, 2017.
- BEIVIDAS, Waldir. A teoria da linguagem de Hjelmslev: Uma epistemologia imanente do conhecimento. **Estudos Semióticos**, v. 11, n.1, p. 1-10, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/103769>. Acesso em: 17 ago. 2023.
- BORBA, Francisco da Silva. **Teoria Sintática**. São Paulo: EDUSP/TAQ, 1979.
- BORGES NETO, José. A naturalização da gramática tradicional e seu uso protocolar. Texto de conferência proferida durante o VIII Congresso da Abralín, Natal, 2013. Disponível em: https://people.ufpr.br/~borges/publicacoes/para_download/naturalizacao.pdf. Acesso em: 17 ago. 2023.
- CARONE, Flávia de Barros. **Morfossintaxe**. 2a. edição. São Paulo: Ática, 1988.
- CHOMSKY, Noam. **Cartesian Linguistics – A Chapter in the History of Rationalist Thought**. New York, NY: Harper & Row, 1966.
- CHOMSKY, Noam. **Linguística Cartesiana – Um Capítulo da História do Pensamento Racionalista**. Tradução: Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Vozes, 1972.
- COVINGTON, Michael A. **Syntactic Theory in the High Middle Ages – Modistic Models of Sentence Structure**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- FIORIN, José Luiz. O projeto hjelmsleviano e a semiótica francesa. **Galáxia**, v. 3, n.5, p. 19-52, 2003. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1314/810>. Acesso em: 17 ago. 2023.
- HAYS, David G. Dependency theory: A formalism and some observations. **Language**, v.40., n. 4, p. 223-240, 1964.
- HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem**. Tradução: J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- HOUSEHOLDER, Fred W. **Syntactic Theory 1 – Structural, Selected Readings**. Harmondsworth, Middlesex: Penguin, 1972.
- KENEDY, Eduardo; OTHERO, Gabriel de Ávila. **Para Conhecer Sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2018.
- KIMBALL, John P. **The Formal Theory of Grammar**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1973.
- KIMBALL, John P. **Teoria Formal da Gramática**. Tradução: Luiz Alberto Cerqueira. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- LYONS, John. **Introdução à Linguística Teórica**. Tradução: Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: Editora Nacional/EDUSP, 1979.
- MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina Figueiredo; LOPES, Ruth. **Novo Manual de Sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2013.

MORTARI, Cezar A. **Introdução à Lógica**. São Paulo: Editora da UNESP / Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MORTARI, Cezar A. **Introdução à Lógica**. 2ªEd. São Paulo: Editora da UNESP, 2016.

PARTEE, Barbara Hall; MEULEN, Alice ter; WALL, Robert E. **Mathematical Methods in Linguistics**. Dordrecht: Reidel, 1989.

POLGUÈRE, Alain. **Lexicologia e Semântica Lexical – Noções Fundamentais**. Tradução: Sabrina Pereira de Abreu. São Paulo: Contexto, 2018.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. 3a. Ed. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1971.

SHIEBER, Stuart M. Direct parsing of ID/LP grammars. **Linguistics and Philosophy**, v. 7, n .2, p. 135-154, 1984.

Disponível em: /

https://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/2031670/Shieber_DirectParsing.pdf?sequence=2&isAllowed=y.

Acesso em: 17 ago. 2023.

TESNIÈRE, Lucien. **Éléments de Syntaxe Structruale**. 2ª Ed. Paris: Klincksieck, 1965.